O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 13 | Nº 37 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.8125698

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

ROMPENDO BARREIRAS:
MULHERES VEREADORAS REESCREVENDO A HISTÓRIA

Tiago Fernando Hansel[1]

Resumo

O ensaio tem como objetivo identificar e analisar a trajetória política, os discursos e a atuação das vereadoras da legislatura 2013/2016 do município de Guaíra, no oeste do Paraná, Brasil. A metodologia aplicada foi qualitativa, com pesquisa documental e estudo de caso, e aplicação de entrevistas com roteiro estruturado. Com os resultados buscou-se identificar semelhanças e controvérsias com outros estudos brasileiros referentes ao tema. A análise dos dados coletados mostra diferenças significativas entre essas mulheres, que vão de informações pessoais, passando pela trajetória política construída até o modo de atuação, bem como, semelhanças. Três das vereadoras vem de encontro com os resultados de outras pesquisas brasileiras, uma das vereadoras por diversas vezes contrariou o que já se tem publicado nesse campo.

Palavras-chave: Direitos; Lutas das Mulheres; Sufrágio; Trajetórias Políticas; Vereadoras.

Abstract

This essay aims to identify and analyze the political trajectory, speeches and actions of the councilors of the 2013/2016 legislature of the municipality of Guaíra, in western Paraná, Brazil. The applied methodology was qualitative, with documentary research and case study, and application of interviews with safe script. With the results, we sought to identify similarities and controversies with other Brazilian studies on the subject. The analysis of the data collected differences between these women, ranging from personal information, through the political trajectory built to the way of acting, as well as similarities. Three of the councilors are in agreement with the results of other Brazilian surveys, one of the councilors has repeatedly contradicted what has already been published in this field.

Keywords: Councilwomen; Political Trajectories; Rights; Suffrage; Women's Struggles.

INTRODUÇÃO

O alvo deste trabalho é enriquecer o debate no campo das ciências sociais e política, tendo em vista as pesquisas decorrentes dessa área no que tange à participação das mulheres no campo político partidário. A busca pelo entendimento do processo participativo é constante, pois sempre se encontram novas indagações que fazem deste tema um campo inesgotável de investigação.

O objetivo central dessa pesquisa é descrever e analisar a trajetória política, dos discursos e da atuação de quatro vereadoras da legislatura 2013/2016 do município de Guaíra no oeste do Paraná, Brasil. Bem como, comparar os resultados dessa pesquisa com os resultados de estudos da mesma área de pesquisadores renomados.

O município de Guaíra que foi fundado em 14 de novembro de 1952 (64 anos), as margens do Rio Paraná e fronteira com o Paraguai, com um total de 32.190 habitantes no censo de 2010, que na composição da Câmara de Vereadores da legislatura de 2013/2016 possuía onze cadeiras, destas, quatro

[1] Professor da Faculdade ISEPE Rondon. Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: tiagohansel@hotmail.com

ocupadas por mulheres. Fator que chama a atenção não apenas desta legislatura, mas sim de todo o contexto histórico daquela cidade, pois em quinze legislaturas, sete possuíram mulheres em sua composição, totalizando em onze vereadoras. Por esse motivo, esse estudo se justifica, haja vista, que esse cenário não é realidade no país, pelo contrário, mulheres estão em constante luta pelo seu espaço no campo político, mas acabam encontrando inúmeras barreiras em um país no qual o contexto político em sua maioria é dominado por homens. Essa rica informação e o interesse em investigar a forma feminina de fazer política e o modo como as representantes políticas percebem a política, motivou a realização deste trabalho.

A metodologia dessa pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, pois se objetivou procurar entender uma situação específica, detalhando e tratando-a. Para o alcance do objetivo utilizou-se o procedimento de pesquisa documental e estudo de caso. Pesquisa documental em virtude da análise dos documentos analisados dos trabalhos das vereadoras avaliadas. Estudo de caso pelo fato de o estudo ter sido realizado com quatro vereadoras especificas. Com os resultados em mãos, buscou-se identificar semelhanças e controvérsias nos estudos de Celi Regina Jardim Pinto (2000, 2001 e 2009), Clara Maria Araújo (2001, 2005, 2010 e 2013) e Luís Felipe Miguel (2000, 2001, 2003, 2006 e 2010), autores renomados no campo de estudo de mulheres na política brasileira. Para manter a integridade dessas vereadoras, não serão utilizadas suas identidades nessa pesquisa, elas foram definidas como “Vereadora A”, “Vereadora B”, “Vereadora C” e “Vereadora D”.

Este texto está dividido em quatro seções: a primeira com abordagem teórica do tema, o qual aborda pesquisas sobre o assunto, a segunda detalha a metodologia utilizada nesse estudo, a terceira os resultados obtidos nessa pesquisa e a ligação com os resultados dos estudos dos autores já mencionados, e por fim, as conclusões deste estudo, as quais também abrem lacunas para estudos futuros.

A finalidade deste ensaio é aumentar o debate no campo científico no que se refere a temática ligada as mulheres na política, assunto que merece e precisa ser debatido e pesquisado, para que sejam criadas políticas públicas e estratégias no aumento e no ingresso de mulheres no campo político.

MULHERES NA POLÍTICA

As mulheres buscam historicamente conquistar seu espaço na coletividade, haja vista que por muito tempo permaneceu, e para muitos ainda se mantêm, a imagem de que a mulher foi criada para ser mãe, esposa e dona de casa (SCHUH; SILVA, 2021). Aumentar a participação das mulheres na política é fundamental para a promoção da igualdade entre homens e mulheres (PINTO, 2001; BRAMBILLA, 2021; CALHEIROS; BRASIL, 2021; MABUNDA *et al*., 2022; COSTA, 2023).

Até meados do século XX, as mulheres brasileiras eram consideradas cidadãs de segunda categoria, visão que se estende para algumas pessoas até a atualidade (MIGUEL, 2001). Mesmo com o direito ao voto, o país ainda continua com baixa participação feminina na política (MIGUEL, 2001; PINTO, 2001; ARAÚJO, 2005; CALHEIROS; BRASIL, 2021).

No início do século XX, os movimentos feministas na batalha pelo sufrágio para as mulheres ganharam força internacionalmente, onda que não deixou de fora o Brasil. Todos os continentes, com imensas diferenças, basearam-se nos movimentos das militantes britânicas do início deste mesmo século (PINTO, 2001; CALHEIROS; BRASIL, 2021).

A conquista das mulheres pelo direito ao voto se deu no ano de 1932, por meio do Código Eleitoral de 1932 e na Constituição de 1934. Inicialmente, o direito de votar só poderia ser exercido para mulheres solteiras e viúvas acima de 21 anos, e as casadas apenas com autorização dos maridos. Depois de grandes campanhas e manifestações, o Código foi promulgado com a garantia de voto para todas as mulheres (TABAK; TOSCANO, 1982).

Desde a concessão do direito de votar e serem votadas, mulheres brasileiras obtiveram êxito eleitoral; porém, com percentual baixo comparado às conquistas das cadeiras políticas dos homens (ARAÚJO, 2005; CALHEIROS; BRASIL, 2021; COSTA, 2023).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou através do Censo Demográfico de 2010 que às mulheres representarem a maioria da população brasileira – 51%, mas de acordo com Miguel (2001) ocupam apenas 5% das cadeiras no parlamento brasileiro.

Da mesma forma, Pinto (2001) afirma que a tímida participação das mulheres na política eleitoral é evidente no Brasil, comparada com os avanços, mesmo que também tímidos, na área de direitos e na sua participação na força de trabalho ativa em praticamente todos os setores.

Essa informação se confirma quando analisamos os dados apresentados pelo IBGE e o Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Em 2014 – ano em que ocorreram as eleições para presidente, governador, senador, deputado federal, deputado estadual/distrital –, a população brasileira era composta por 51% de mulheres sobre 49% do sexo masculino, diferença que aumenta ainda mais sobre os eleitores; de um total de mais de 142 milhões de eleitores, 52,13% – mais de 74 milhões – eram do sexo feminino, e 47,79% – 68 milhões – do sexo masculino. A inferioridade nas candidaturas é notório: 08 homens candidatos para o cargo de presidente, contra apenas 03 mulheres; 146 homens candidatos na disputado do cargo de governadores contra somente 20 mulheres; 138 homens na disputado de uma vaga no senado, contra 34 candidatas mulheres; 4.382 homens em busca de êxito eleitoral para deputado federal, contra 1.796 mulheres; 11.244 homens candidatos para o cargo de deputado estadual ou distrital, contra

4.617 mulheres candidatas. No total 15.918 homens disputavam um cargo naquela eleição, contra penas 6.470 mulheres candidatas.

As mulheres ainda são a minoria nas candidaturas, sendo que para os cargos de deputados estaduais e federais há uma porcentagem um pouco maior, lembrando que para os cargos legislativos se enquadram no artigo 10, §3º, da Lei 9.504/97, que assegura a reserva de 30% e 70%, para cada sexo, que talvez justifique essa porcentagem maior, como nos cargos de governador e senador que essa lei não se aplica, o número de candidatas é extremamente baixa, comparada aos homens. Mesmo assim, a lei não se cumpre na integridade, em virtude dos cargos legislativos não totalizaram 30%. Nesse sentido, o maior número de candidaturas indica uma maior emancipação feminina, com o aumento da participação no sistema eleitoral, o que talvez agregue mudanças morais na política, possibilitando uma construção nas relações honestas e éticas entre os envolvidos (ARAÚJO, 2005).

A baixa participação das mulheres na política é um fenômeno histórico. Além deste campo, sua participação na vida pública da sociedade sempre foi limitada. Ainda, na atualidade prevalece em algumas sociedades a ideia de que a mulher deve cuidar da casa, do marido e dos filhos, ficando limitada ao espaço privado. Já o homem pertenceria ao espaço público, no qual ele pode cuidar e dirigir não apenas o seu lar, mas sim a coletividade da sociedade (SENNETT, 2014; ABOIM, 2012; BRAMBILLA, 2021; CALHEIROS; BRASIL, 2021; SCHUH; SILVA, 2021; MABUNDA, 2022; COSTA 2023).

O preconceito contra as mulheres está impregnado na sociedade, inclusive autores clássicos e renomados criavam teorias equivocadas sobre a exclusão das mulheres na política. Nesse sentido, Carole Pateman, em sua obra “O Contrato Sexual”, de 1993, critica os teóricos contratualistas clássicos, em especial Jean Jacques Rousseau (1762), autor do livro “Contrato Social”, bem como outros contratualistas como Thomas Hobbes (1651) e John Locke (1689). A crítica que a autora faz é que o contrato social foi feito pelos homens em uma época em que apenas as pessoas do sexo masculino eram consideradas capazes de participar da formação deste contrato, sendo que o seu objetivo seria tratar da liberdade civil apenas na esfera pública, desconsiderando a esfera privada e dando origens a direitos políticos sob forma de relações de dominação e subordinação. Dessa forma, cabe à mulher o papel de dona de casa e reprodutora, deixando aos homens as funções públicas. Tal visão, aos poucos, vem modificando as sociedades, em razão dos direitos adquiridos principalmente pela própria luta e imposição social.

Miguel (2001) aponta que há controvérsias de Hobbes em seu estudo. Primeiramente, o pensador afirma que mesmo que a circunstância seja de guerra, o estado de natureza tenderia a ser pacífico e que os homens viveriam em estado de perfeita liberdade. E no seu exemplo, Hobbes se contradiz, afirmando

que filho e mãe são dominados pelo pai (homem). Assim sendo, esse modelo de liberdade não existe pelo fato de pessoas estarem condicionadas a outra. Da mesma maneira, Miguel (2001) considera agravamento no pensamento de Locke. O principal motivo é que o autor considera que quando a mulher se torna esposa ela se inferioriza e é extremamente dominada pelo homem, ficando ainda mais restrita à vida privada. Miguel (2001), critica Rousseau pelo fato dele inferioriza a capacidade das mulheres afirmando que elas necessitam permanecer na esfera privada, condicionadas à família e subordinadas ao homem.

Assim, é possível observar que a questão da discriminação e da exclusão das mulheres no meio político é um fator histórico que equivocadamente tentou-se justificar, mas sempre as direcionando para o campo privado, deixando-lhes o papel de responsável pela casa e pelos filhos para que os homens se preocupem do espaço público.

Mesmo com a conquista ao voto, o Brasil ainda continua com baixa participação feminina na política. Pinto (2001) justifica esse fenômeno pelo fato delas ainda serem vistas como mães, esposas e donas de casas, restritas ao espaço privado e sem capacidade para o lugar público.

Pinto (2001) apresenta o perfil dos agentes políticos brasileiros: homens brancos, com nível educacional e de rendimentos muito acima da média da população. Esse grupo domina as mulheres, os negros, as pessoas com grau de escolaridade e de renda inferior. Talvez esse possa ser um dos grandes problemas da representação política no país, a minoria da população possui representação nos parlamentos; porém, a grande maioria não.

Para Araújo (2010) grande parcela das mulheres que entram no campo político não foi por um projeto de vida, mas sim como uma circunstância, diferentes dos homens que almejam serem políticos, elas entram por outros fatores, como: destaque na sociedade, cargos de visibilidade, familiarismo, militâncias, entre outros motivos que levam-nas para esse meio.

Pinto (2009) aborda e explica o perfil de mulheres em que os eleitores brasileiros votam. O primeiro perfil, talvez o mais difícil de obter êxito, é a mulher como cidadã normal, sem diferença nenhuma por causa do seu gênero. O segundo pode ter uma feição mais desejada pelo eleitorado, ou seja, a mulher com instinto materno, de cuidar do outros. Possivelmente, nessa última visão, a mulher seja vista como a representante ideal, seguindo a linha do pensamento que, se ela sabe administrar e cuidar da casa, logo, será uma ótima líder política. E por fim, o terceiro perfil e o da mulher militante e/ou feminista, que provavelmente é eleita pelos votos de suas companheiras de luta.

De acordo com Araújo (2013), além dos perfis apontados por Pinto (2009), é necessário que as mulheres que desejam ingressar na política eleitoral sejam ou uma líder partidária que conquista seu

espaço em algum grupo político, ou possuir cargo público de destaque, ou uma militante que luta por alguma causa especifica, ou ainda, ser detentora de recursos (capital) financeiros.

Todos esses elementos são fatores que despertam o interesse dos partidos políticos em mulheres com potencial para serem candidatas e posteriormente eleitas. Esse é o chamado recrutamento partidário baseado em perfis testados (ARAÚJO, 2005). Sendo o recrutamento partidário umas das principais vias de ingresso das mulheres no campo político.

Costumeiramente, os partidos pequenos são dominados por algumas pessoas com interesses pessoais e, dessa forma, as mulheres que entram nesses partidos acabam sendo condicionadas às decisões dos líderes partidários (MIGUEL, 2001).

Além do recrutamento feito pelos partidos, outro fator de extrema importância no acesso das mulheres ao meio político é apresentado por Pierre Bourdieu (1996), que são os capitais que cada uma carrega consigo, e são utilizados como estratégia. De acordo o autor, o capital político é uma forma de capital simbólico, dependente do reconhecimento fornecido pelos próprios pares. Como todos, em certos momentos-chave, lutam por votos, a popularidade contribui para tal reconhecimento, mas não é o único determinante.

Pinto (2001) afirma que um dos motivos da baixa participação das mulheres na política é a falta de capital político que faz com que alguns grupos dominem outros grupos. Nesse sentido, Miguel apresenta dois subtipos de capital político: o capital delegado e o capital convertido. O capital delegado é aquele que o indivíduo carrega em virtude de outros cargos públicos que já ocupou. É evidente nos depararmos nas campanhas com pessoas que utilizam da sua ocupação para serem lembrados, como, por exemplo: “João da saúde” ou “professora Joana”, entre inúmeros outros. São, então, pessoas que geralmente se destacaram em suas funções e utilizam-se disso para serem lembrados e/ou comparados à qualidade do seu desemprenho.

Já o capital convertido refere-se à popularidade de uma pessoa que geralmente é conhecida na mídia, no meio empresarial, no meio esportivo ou em outros campos, transferindo sua notoriedade para a política. Eis alguns exemplos de políticos que utilizaram esse capital para se alavancar: o artista circense brasileiro Tiririca, que utilizou da sua fama para se eleger *deputado* federal pelo PR-SP; e o ex-jogador de futebol e atual *deputado* federal *Romário*, que se elegeu pelo PSB-RJ.

Para Araújo (2010) uma forma de fortalecimento do capital político são os movimentos sociais e/ou grupos de interesse e/ou capital familiar. Nesse sentido, Araújo (2010) aponta que para as mulheres formarem seu capital é por meio da sua representação frente aos grupos de interesse aos seus movimentos sociais, ou pelo capital herdado pela família tradicionalmente política.

Ainda, Araújo (2010) aponta ainda para importantes capitais e formas de ingresso de mulheres na política, a saber: mulheres com recursos financeiros superiores a outras, mulheres que são de famílias tradicionalmente envolvidas no meio político e/ou que já ocuparam cargos públicos, ou mulheres envolvidas com a religião ou funções de destaque na sociedade.

Obviamente, os recursos financeiros são aspectos de grande importância nas vias para o ingresso das mulheres na carreira política. Todavia, certamente apenas o dinheiro não é a única forma de entrada de mulheres na política. Miguel e Flavia Biroli (2010) afirmam que dinheiro é uma forma de fortalecimento para as mulheres aumentarem suas possibilidades de êxito eleitoral, acompanhada de tempo livre para dedicação à campanha e a trabalhos de interesse políticos, e uma ótima rede de contatos, no caso pessoas que irão auxiliar para o acesso neste campo.

Muitas mulheres acabam ingressando para a política por intermédio de sua família tradicionalmente ser desse campo. Esse é o caso dos Brizola, Figueiredo, Garotinho, Sarney e entre diversos outros exemplos de brasileiras que fizeram carreira política por meio do seu sobrenome, sucedendo ao seu avô, pai, tio, marido, irmão. Quando não sucedem um familiar, ocupam outro cargo político (exemplo: pai governador, filha deputada), em virtude do capital político que algum membro da sua família possui (ARAÚJO, 2010).

Outro fator que auxilia muitas mulheres a adentrarem na política são os cargos e as funções que elas ocuparam na esfera pública; ou seja, elas são conhecidas pelo seu trabalho e, posteriormente, utilizam-se desse meio para migrarem para colocações eletivas (PINTO, 2000).

Para muitas mulheres que almejam a carreira política, os cargos de destaque são ótimas portas de acesso ao meio. Em pesquisas realizadas por Pinto, a maioria das mulheres que se elegeram possuíam cargos nas áreas da saúde, da assistência social ou da educação. Tais funções que remetem ao histórico da mulher como cuidadora, como mãe, como esposa, enfim, como pessoa reconhecida por ajudar, servir e educar (PINTO *et al*., 2000).

A trajetória das mulheres para chegar até o cenário político é muito mais extenso, difícil e árduo do que a trajetória percorrida entre os homens. E mesmo quando uma mulher consegue se eleger, ela será questionada sobre sua competência (MIGUEL, 2001; PINTO, 2001; ARAÚJO, 2010). Esse é, de fato, um pensamento preconceituoso que ainda está impregnado em algumas pessoas, mesmo que muitas mulheres já demonstraram sua competência, conseguindo ser políticas iguais ou até melhores que os homens.

METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, pois se objetivou procurar entender uma situação específica, detalhando e tratando-a. Para o alcance do objetivo utilizou-se o procedimento de pesquisa documental e estudo de caso. Pesquisa documental em virtude da análise dos documentos analisados dos trabalhos das vereadoras avaliadas. Estudo de caso pelo fato de o estudo ter sido realizado com quatro vereadoras especificas.

As entrevistas foram realizadas com roteiro semiestruturado que focalizou três áreas específicas: dados biográficos, profissional e trajetória/atuação política. Com esse roteiro buscou-se identificar as afirmações e as contradições das vereadoras referentes aos seus trabalhos e discursos. Após esse momento da pesquisa, objetivou-se cotejá-los a partir do arcabouço teórico utilizado e explanado nessa pesquisa (ARAÚJO, 2001, 2005, 2010 e 2013; MIGUEL, 2000, 2001, 2003, 2006 e 2010; PINTO, 2000, 2001 e 2009), focou-se nesses autores pelas suas linhas, tempo e espaço de estudos.

Trajetória, discurso e a atuação

Buscou-se identificar a realidade das mulheres do município de Guaíra no Paraná que na gestão 2013/2016 possuía quatro mulheres no legislativo municipal. Após o levantamento dos dados referentes aos atos oficiais das vereadoras e a análise de seus discursos na tribuna, fez-se uma entrevista com cada uma delas com roteiro de pesquisa pré-estabelecido. Buscou-se identificar questões pessoais, profissionais, assim como a trajetória política e a atuação delas como vereadoras. As informações obtidas foram comparadas com as discussões e resultados de pesquisas dos autores sobre mulheres no campo político brasileiro Celi Regina Jardim Pinto (2000, 2001 e 2009), Clara Maria Araújo (2001, 2005, 2010 e 2013) e Luís Felipe Miguel (2000, 2001, 2003, 2006 e 2010). E, dessa maneira, alguns apontamentos são cabíveis.

Durante a análise das entrevistas, dos discursos na tribuna e dos atos oficiais das vereadoras, foi possível identificar que a vereadora D, a com maior tempo de carreira política na história do município, em muitas situações diverge das opiniões de suas colegas legisladoras, e dos resultados dos estudos dos autores referidos anteriormente. No entanto, faz-se necessário apontar que isso não foi uma regra, observando entre elas e as pesquisas algumas semelhanças.

Um dos primeiros itens analisados foi o nome que as vereadoras utilizavam no campo político. Nesse critério, três delas abreviavam seus nomes e somente uma associava seu nome a sua profissão, no caso a vereadora C, que utilizava “C da Saúde”. Para Miguel (2003), esse fenômeno é denominado

como capital delegado, entendido como o capital originário do próprio campo político e/ou estatal. Isto é, a notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores e da ocupação de cargos públicos de confiança no Poder Executivo.

Outro ponto analisado foi a faixa etária, na qual a média de idade das vereadoras entrevistadas era quarenta e três anos. De acordo com a pesquisa sobre o perfil dos vereadores brasileiros da legislatura 2013/2016, realizada por François Bremaeker (2012), as vereadoras desse município estão no grupo de vereadores que tem entre 35 e 44 anos, o que representa 34,58% dos vereadores brasileiros, perdendo apenas para os vereadores que estão entre 45 e 59 anos, significando 38,51%.

Pelo fato de o município ser considerado de porte pequeno com aproximadamente 32.190 habitantes, de acordo com os dados levantados pelo IBGE, em 2010, e a população seguir cultura tradicionalista, especialmente sobre vínculos familiares, o que chama atenção é o fato de duas (A e D), das quatro vereadoras, eram divorciadas. Isso, de certo modo, quebra o paradigma de família tradicional, e também contraria os resultados das pesquisas de Miguel (2001) e Pinto (2009), quando afirmam que o principal perfil que o eleitor aceita da mulher é aquele que se apresenta a partir da visão tradicional, a mulher como a cuidadora de si (cuidado com o físico), cuidadora do outro (do lar, das crianças como mãe e professora, dos velhos, do orçamento doméstico).

Outra questão observada foi de que a cidade e o estado natal, bem como os motivos de mudar-se para o município não trouxeram fatores de grande importância para a candidatura e para o ingresso dessas mulheres, pelo fato de apenas as vereadoras B e D serem nascidas em outras localidades, mas mudaram-se ainda crianças para Guaíra, acompanhadas dos seus pais.

Quanto ao nível de escolaridade das vereadoras, é elevado. As vereadoras A, B e C possuíam ensino superior completo, dessas, duas tinham duas pós-graduações e uma possuíam três pós-graduações. A vereadora D possuía ensino médio incompleto. Essa informação do município condiz com os estudos de Miguel (2006), o qual concluiu que as mulheres políticas brasileiras possuem nível de escolaridade superior aos homens, e criou a hipótese de que elas, para conseguir credibilidade no campo político, necessitam ter nível de formação superior aos dos homens.

Com relação à formação e à profissão das vereadoras, constatou-se que as informações correspondem aos estudos de Pinto (2000) e a hipótese levantada por Miguel (2006) sobre o perfil das mulheres políticas brasileiras a quais afirmam que no país para uma mulher ter êxito eleitoral, ela deve ter ensino superior aos homens, e profissão estabelecida, uma vez que as vereadoras A e B são graduadas em pedagogia, apesar de não atuarem diretamente como professoras em sala de aula, mas sim de outras formas. A primeira atuava como gestora administrativa de uma instituição de ensino superior e a segunda dedica-se apenas à vereança; a vereadora C, por sua vez, formada em enfermagem e atuava na

área. Essas situações, de acordo com a autora, remetem ao histórico da mulher como cuidadora, mãe, esposa, enfim, como uma pessoa que está acostumada a ajudar, a servir e a educar. Apenas a vereadora D não possuía formação acadêmica e como profissão mencionava quer era seu mandato legislativo. Demonstrando que a vereadora D contrafiz os estudos do ramo.

Em relação à religiosidade das entrevistadas, as vereadoras A, B e C se declaravam evangélicas e, para Araújo (2010), as igrejas, especialmente as evangélicas, surgem como importante corrente de apoio para o ingresso e o êxito de mulheres no campo político. Novamente a vereadora D se diferenciava das suas colegas legisladoras e dos conhecimentos apresentados pelos autores bases deste estudo, ao afirmar que não possuía religião específica, mas que costumava frequentar todas as igrejas do município.

Um aspecto que apareceu nitidamente na pesquisa é a informação das vereadoras B e C ingressaram no campo político partidário como um projeto; já as vereadoras A e D tiveram a política como uma circunstância. Dessa maneira é um percentual positivo de mulheres desse município que ingressaram no campo político como projeto, contrariando, de certa forma, a pesquisa realizada por Araújo (2010) na qual aponta índice alto parlamentares brasileiras entrevistadas disseram ter sido alçadas à condição de candidatas por circunstâncias.

Ainda, as vereadoras A e C declararam ter ingressado na política motivada pelos seus familiares envolvidos neste campo, considerado por Araújo (2010), Miguel (2001) e Pinto (2001) como um dos principais capitais necessários e uma das mais importantes fontes de ingresso no campo político para mulheres.

Todas as vereadoras tiveram apadrinhamentos políticos, a vereadora A teve duplo apadrinhamento de homens, pelo seu pai, nome expressivo na política do município e também por um deputado federal, vereadora B pelo vice-prefeito da época, a vereadora C pelo seu pai que ocupou funções políticas e a vereadora D pelo prefeito da época e outros líderes políticos importantes no município. Esses apoios recebidos por homens com grande influência política são apontados por Araújo (2010) como um importante elemento para êxito eleitoral de mulheres no Brasil, principalmente ligado a homens influentes nesse campo.

As vereadoras têm em comum sua primeira filiação incentivada e impulsionada por outras pessoas, sendo amigos muito próximos ou líderes políticos homens. Percebe-se, ainda, que as vereadoras ingressem em partidos pensando na realidade política local, deixando de lado, a ideologia partidária ou a realidade do partido em outras esferas.

O assistencialismo que as vereadoras prestavam na sociedade antes de ingressarem no campo político foi uma ponte para a entrada delas neste meio. Porém, a principal motivação delas veio da

influência de outras pessoas, como: líderes políticos, amigos, familiares, pessoas atendidas pelo assistencialismo realizado por elas ou pela sociedade em geral.

Três das quatro vereadoras ocuparam cargos públicos antes de elegerem-se vereadoras (B, C e D). A ocupação de cargos públicos é apontada por Araújo (2010), Miguel (2003) e Pinto (2000) como umas das principais formações de capital para o ingresso de mulheres no campo político. Certamente as vereadoras utilizaram desses cargos para desenvolverem seus capitais políticos.

Basicamente as vereadoras construíram suas carreiras políticas por meio de cargos ocupados, tanto na esfera pública quanto na privada, do trabalho prestado à população, pelo apoio de líderes políticos e das famílias tradicionais no campo político; situações consideradas como principais rotas de ingresso de mulheres para o campo político (ARAÚJO, 2010; MIGUEL, 2003; PINTO, 2000).

As vereadoras A, B e C, afirmaram que não receberam apoio dos seus partidos e grupos políticos. Para elas, os partidos e os grupos possuíam seus candidatos prediletos, geralmente do sexo masculino, de modo que elas consideravam não fazerem parte desse rol, confirmado o que foi demonstrado nas pesquisas de Miguel (2000), Pinto (2000) e Araújo (2010) que advertem ao fato de que muitas vezes os partidos políticos priorizam candidatos homens. Por outro lado, a vereadora D, que diversas vezes se diferencia das suas colegas, afirmou sempre ter ganhado apoio do grupo e do partido. Dessa maneira, pode-se elaborar a hipótese de que os líderes homens dos partidos das três vereadoras que afirmaram não ter recebido apoio, têm o domínio sobre as mulheres.

Além do apoio partidário, as vereadoras apontaram outras redes de apoio. A vereadora A mencionou sua igreja como apoiadora da sua trajetória, para Araújo (2010), ao encontro dessa questão, ressalta que a igreja surge como uma das principais redes de apoio para os políticos brasileiros. As vereadoras B e C, declararam que suas famílias e seus grupos de amigos foram grandes aliados e apoiadores. E a vereadora D, novamente, se diferenciou das suas colegas, alegando que sua fonte de apoio foi apenas o seu partido e o seu grupo político.

Sobre as campanhas eleitorais, todas as vereadoras afirmaram que a primeira vez em que foram candidatas foi mais difícil pela falta de experiência e pelo pouco capital financeiro. Para Pinto (2001), um dos mais claros limites do ingresso das mulheres na participação política é a falta de recursos (capital político) para investimento em suas campanhas. Mas, por outro lado, as vereadoras se assemelham a Araújo (2010) que aponta o modo de fazer campanha das mulheres é de um formato mais pessoal, com foco no trabalho de base. São mais informais que os homens e utilizam menos recursos financeiros.

Os gastos das vereadoras na campanha no qual se elegeram nesse estudo, aumentaram significativamente comparados ao da campanha anterior. Em 2012, a vereadora D, entre as quatro, foi a

que teve o maior gasto de acordo com o TSE, totalizando R$ 14.713.10. A segunda colocada foi a vereadora A com R$ 12.500.00, seguida da vereadora B com R$ 5.663.76 e, por fim, a vereadora C com R$ 4.505.11. Já na campanha de 2008, a classificação delas de gastos foi a mesma, mas por motivo desconhecido o valor gasto pela vereadora A não foi encontrado. Naquela pleiteada os gastos foram: vereadora D R$ 4.7115,00, vereadora B R$ 4.695.00 e vereadora C R$ 2.992.58.

Outro elemento que chama atenção é a diferença de valores gastos pela vereadora D nas duas campanhas, chegando a quase dez mil reais de uma para a outra. Ainda, todas tiveram um significativo aumento nos seus gastos, mas muito abaixo dos da vereadora D. Também é possível confirmar que, na eleição de 2012, as candidatas de oposição da época e de situação no momento desse estudo (A e D) tiveram gastos muito superiores aos das vereadoras de situação da época e atual oposição (Mirian e Rosana). Hipótese para esse fato é o motivo de os candidatos utilizarem mais dos benefícios da administração municipal do que do capital financeiro, algo que poderá ser comprovado, ou não, na análise de uma futura eleição.

Outra confirmação que se tem através dessa pesquisa é de que o capital financeiro tem ligação direta com a quantidade de votos. As duas candidatas (A e D) que mais gastaram na campanha obtiveram 533 e 532 votos respectivamente, consecutivamente, elegendo-se pela quantidade de votos. Já as candidatas (B e C) tiveram gastos inferiores, obtiveram 411 e 471 votos respectivamente, elegendo-se pela média (legenda). Constata-se, dessa forma, que, quanto maior os gastos, mais expressiva é a votação.

Apenas a vereadora A afirmou que se direcionou para públicos específicos, os quais ela define como esclarecido. Para ela, esse público é um grupo de pessoas que não vendem seu voto. Ela focou sua campanha em dois públicos específicos: nos alunos da instituição de ensino superior em que ela trabalha, com os quais ela realizou trabalhos sociais junto com seu padrinho político, e nos membros da sua igreja. As demais vereadoras, por sua vez, declararam que buscaram votos em todos os públicos. Fenômeno que chama atenção é que nenhuma delas direcionou sua campanha para as mulheres.

A respeito do momento em que as vereadoras foram questionadas sobre o que é ser política e de como foi é a experiencia de ser vereadora, é importante ressaltar que na perspectiva das vereadoras A, B e C, consideram decepcionante. Para elas, antes de elegerem-se, acreditavam que, como vereadoras, poderiam desenvolver várias atividades para a sociedade, como, por exemplo: apontar reivindicações e serem atendidas, ter autoridade e poder auxiliar as pessoas que necessitam, entre outras. Porém, para elas, isso não passou de uma ilusão, haja vista que alegam não terem autoridade, não serem atendidas e sempre necessitarem da boa vontade dos principais líderes políticos para conseguirem algo, principalmente do executivo municipal.

Essa decepção das vereadoras é algo preocupante quando o assunto é igualdade de sexos na política, provavelmente, com essa desmotivação, elas não objetivam longa carreira política ou incentivam outras mulheres a ingressarem nesse campo. Várias hipóteses podem ser levantadas para essa decepção, podendo mencionar: o poder estar nas mãos de homens, prevalecendo, portanto, a dominação masculina na política; baixa expressividade do cargo de vereança; talvez o fato de elas não conseguirem se impor.

Apenas a vereadora D declarou que a política é algo maravilhoso e pode ser utilizada com uma força para ajudar as pessoas, fato que as demais apontaram não conseguir fazer. Dessa forma, mais uma vez o discurso dessa vereadora contraria o das suas colegas.

Analisando os discursos na tribuna, os trabalhos feitos na câmara e as respostas das vereadoras na entrevista, pode-se afirmar que os segmentos sociais e os setores que as vereadoras representam, bem como os temas que elas julgam serem importantes para debates e que caracterizam suas atuações, são: a vereadora A, a educação, especificadamente a educação especial, algo que se confirma em suas respostas, discursos e trabalhos. Já a vereadora B se contradiz em suas respostas, pois aponta a saúde como seu carro chefe, mas, analisando seus discursos e trabalhos, outros setores aparecem com mais expressividade, principalmente a infraestrutura, seguida da assistência social. A vereadora C tem como prioridade a saúde pública, o que, de fato, confirma no confronto de informações. A vereadora D tem grande foco na assistência social, algo que aparece nitidamente nos seus pronunciamentos, trabalhos e respostas.

As vereadoras, assim, se apoderaram de setores e de temas apontados por Pinto (2001) que remetem ao histórico da mulher, como cuidadora, mãe, esposa, enfim, como uma pessoa que está acostumada a ajudar, a servir e a educar. Também descrita por Miguel (2001) como política do desvelo ou, então, de pensamento maternal.

Todas as vereadoras afirmaram que tiveram um ótimo relacionamento com seu eleitorado e, dentro de suas realidades, buscaram estar ligadas e relacionadas a eles com grande frequência e intensidade.

Analisando os trabalhos das vereadoras referentes às indicações, aos requerimentos, aos projetos de lei e aos projetos de resolução, observou-se uma queda muito grande a cada ano de ingresso durante os quatro anos de legislatura. Quando questionadas, afirmaram que desmotivaram em sugerir ideias para o executivo, em virtude da falta de atendimento aos seus pedidos. Todas avaliam como importantes os seus atos ingressados, em virtude de serem, por muitas vezes, pedidos dos membros da sociedade, mas necessitavam do interesse do prefeito para que a sugestão fosse executada, algo que não acontecia, de acordo com elas.

Outro fator que chama atenção é que as vereadoras de situação participaram de mais comissões que as de oposição, ademais, elas ocuparam cargos com maior expressividade e em comissões mais importantes. Certamente uma estratégia do executivo municipal para agilizar os trâmites legais e ainda evitar maiores alarmes quando algum projeto estiver com algum problema. Mas, indiferente de sigla partidária, da comissão que participaram ou do cargo que assumiram, todas avaliaram positivamente suas atuações frente às comissões permanentes.

Ainda sobre as comissões, todas as vereadoras ingressaram em algum momento na comissão de educação, de saúde e de assistência. Essa informação vem ao encontro do que foi apresentado por Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009) como setores ligados ao perfil das mulheres.

Semelhante às comissões permanentes, apenas as vereadoras de situação assumiram cargos importantes na mesa diretiva, as quais expressaram como importantes suas atuações na mesa. Provavelmente esse fenômeno ocorreu pelo mesmo motivo que nas comissões.

As vereadoras acreditam que as mulheres, para serem eleitas, necessitam: trabalhar muito, mais do que os homens, mas sempre com honestidade, não ter medo, possuir um perfil adequado ao que foi apontado por Pinto (2009) e que o eleitor aceita nos cargos legislativos, ser populares e demonstrar suas capacidades para cargos eletivos.

Apenas a vereadora B ponderou não haver diferença na atuação entre vereadoras e vereadores. A vereadora C considerou que há diferença, mas além de homens e mulheres, a diferença existente entre todos. Já as vereadoras A e D consideraram que a atuação das vereadoras está ligada à sensibilidade e ao pensamento emocional, interligando-se com o pensamento (PINTO, 2009; MIGUEL, 2001).

Outro fato que chamou atenção foi que nenhuma das vereadoras, ao utilizar em seus pronunciamentos na tribuna e nos seus atos oficiais, não mencionaram a respeito de fenômenos ligados às mulheres. Ao serem questionadas sobre esse fato, elas afirmaram que não fizeram nada nesse sentido por não compreenderem necessário. Dessa maneira, essa postura vem ao encontro do que Miguel (2001) ressalta, ou seja, que as mulheres políticas não precisam ter comprometimento com a questão feminina. Elas podem discordar sobre quais são os seus verdadeiros interesses ou quais as medidas políticas que devem apoiar. Mas, para Araújo (2010) é importante que mulheres se unam pela causa.

As vereadoras chegaram a um consenso no fato de elas considerarem que serem mulheres dificulta a ação entre os pares, principalmente pelo fato de os homens não acreditarem no trabalho das mulheres. Mas, para elas, pior que isso é o fato de que grande parte das mulheres não acreditarem ou acharem necessário mulheres no campo político, fenômeno apresentado também por Miguel (2001). Talvez essa mudança de pensamento seja o primeiro passo para a igualdade de sexos na política.

Buscou-se saber se as vereadoras, alguma vez, já sofreram algum tipo de descriminação no período eleitoral ou na atuação da câmara. As respostas a essa pergunta foram mescladas, pois a vereadora A afirmou que não foi descriminada em nenhum momento, mas, quando são analisadas as respostas de outras questões feitas a ela, há uma contradição, como fora exposto anteriormente. A vereadora B declara a discriminação sofrida até certo ponto semelhante à resposta da questão anterior da vereadora A. A vereadora C objetivamente afirma nunca ter sido discriminada por ser mulher na política do município e, por fim, a vereadora D afirma que talvez tenha sofrido discriminação, mas que pode ser confundida por interesses de grupos políticos e não por causa do sexo dela.

Por outro lado, elas chegaram a um consenso afirmando que os seus colegas vereadores não as tratam diferente por causa de serem mulheres, um ponto positivo para a evolução de mulheres no campo da política.

Outro elemento positivo é o fato de as vereadoras chegarem ao consenso de que as mulheres, quando entram na política, não necessitam adotar posturas estereotipadas para serem respeitadas. Elas acreditam que a mulher precisa sim de uma postura digna para atrair votos, corroborando com Pinto (2009), que afirma que os eleitores têm perfis de mulheres que aceitam com maior facilidade no campo político. Mas, para elas, as mulheres precisam se impor nesse meio, algo que irão aprender, efetivamente, com o passar do tempo.

Seguindo a linha dos pontos positivos, todas as vereadoras acreditavam que se houvesse uma representação equitativa de homens e mulheres nas câmaras, o trabalho e o perfil das casas de leis mudaria, especialmente pelo fato de as mulheres pensarem e agirem mais com o sentimento do que com a razão, denominada por Miguel (2001) como uma política do desvelo ou então de pensamento maternal. Entretanto, elas também afirmaram que, para que ocorra esse equilíbrio entre os sexos nas câmaras, é necessário que as mulheres se unam, acreditem e votem em outras mulheres. Algo que Miguel (2001) aponta como importe, pois, para o autor, o equilíbrio na política começa no momento em que elas considerarem que são necessárias mais mulheres nesse meio. Por outro lado, esse discurso contradiz quando anteriormente analisamos as falas e os trabalhos dessas quatro mulheres, haja vista, que não direcionaram suas campanhas, nem seus discursos e trabalhos para as mulheres.

As vereadoras divergem nas respostas quando foram questionadas se existem atividades ou áreas de atuação que estão mais associadas aos perfis de homens e mulheres. Duas acreditam que sim e duas não. As vereadoras que afirmaram que existem atividades diferenciadas em relação a homens e mulheres corroboram com o exposto por Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), que apontam os setores ligados às mulheres como sendo aqueles que remetem ao histórico da mulher como cuidadora, mãe, esposa, enfim, como pessoa que está acostumada a ajudar, a servir e a educar. Nessa

questão observa-se contradição com outras respostas das vereadoras, pois, anteriormente, elas mencionaram quais os temas e os setores que consideram como mais importantes na câmara e quais definem os seus perfis, momento em que elas apontaram que alguns setores são vistos com o instinto maternal.

Todas as vereadoras afirmam que as mulheres têm qualidades e sensibilidades diferenciadas para a inserção política. Para elas, essa é a principal característica, ou seja, é o pensamento emocional delas versus o pensamento racional dos homens. Com isso, as respostas das vereadoras corroboram com a política do desvelo ou então do pensamento materno (MIGUEL, 2001).

As afirmações e as contradições das vereadoras da legislatura 2013/2016 do município pesquisado são visíveis. As vereadoras demonstraram as suas formas de construção de capitais eleitorais e trajetórias árduas para o êxito eleitoral. Mesmo demonstrando eficácia em seus cargos, a desmotivação e a decepção aparecem nitidamente por diversas vezes. Sendo essa uma possível hipótese que justifica a precoce saída das mulheres da política no município, de um total de onze vereadoras que passaram pela câmara em quinze legislaturas, apenas três permaneceram mais de um mandato, e nenhuma evoluiu para vice-prefeita ou prefeita.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa objetivou demonstrar a participação, a trajetória, o discurso e a atuação das vereadoras da legislatura 2013/2016 da câmara de Guaíra no interior do Paraná. Sua importância decorre da necessidade em demonstrar que a atuação das mulheres na política não acontece por acaso, mas sim como um projeto, contrariando algumas versões.

As mulheres vereadoras estudadas, com exceção muitas vezes da vereadora D, seguem o padrão de outras mulheres já pesquisadas no Brasil. Sendo assim, esse estudo aponta para a realização de futuras pesquisas com essa vereadora D, não apenas pelas suas contradições com demais estudos brasileiros, mas pelo fato dela ser a mulher com maior tempo no campo político do município.

O município pesquisado destaca-se na quantidade de mulheres que ingressam para a política e decidem elegerem-se vereadoras, mas, ao mesmo tempo, a desmotivação para continuar nessa função ou evoluir para outro cargo é visível. Portanto, não basta apenas as mulheres do município, bem como de todas as regiões do país, lutarem pela conquista do cargo de vereadora, é necessária a perpetuação delas nessas funções e a motivação para mais mulheres ingressarem nesse campo, objetivando a igualdade de sexos na política. Ainda, é necessário a conscientização das mulheres que conseguem êxito eleitoral

tenha objetivos e bandeiras que defendam a causa e o fato de ser mulher, algo que não ocorreu na legislatura pesquisada.

O campo político é um excelente espaço para que as mulheres conquistem cada vez mais seus direitos pela igualdade entre sexos e seus espaços, pois é nesse ambiente que a voz feminina pode ultrapassar barreiras e limites, reescrevendo a história manchada de desigualdade no país.

REFERÊNCIAS

ABOIM, S. "Do público e do privado: uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna". **Revista de Estudos Feministas**, vol. 20, n.1, 2010.

ARAÚJO, C. "Participação Política a Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes". **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 52, 2001.

ARAÚJO, C. "Partidos Políticos e Gênero: Mediações nas Rotas de Ingresso das Mulheres na Representação Política". **Revista Sociologia Política**, n. 24, 2005.

ARAÚJO, C. "Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina". **Revista Estudos Feministas**, vol. 18, n. 2, 2010.

ARAÚJO, C. "Trajetórias Políticas e Chances Eleitorais: Analisando o "Gênero" das Candidaturas em 2010". **Revista de Sociologia e Política**, vol. 21, n. 46, 2013.

BRAMBILLA, B. B. "Estado patriarcal e políticas para mulheres: da luta pela equidade de gênero ao caso de polícia". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 13, 2021.

CALHEIRO, I. L.; BRASIL, S. F. "A conquista do voto feminino no brasil e o papel da mulher no processo eleitoral". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020.

COSTA, J. F. A. "Iniciativas de apoio a candidaturas e mandatos coletivos como formas de reinvenção da participação política institucional no brasil". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 41, 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/07/2023.

MABUNDA, L. P. *et al*. "Participação política da mulher na ilha de Moçambique: da experiência cultural às questões sociopolíticas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 11, n. 33, 2022.

MIGUEL, L. F. "Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro". **Revista de Sociologia Política**, vol. 20, 2003.

MIGUEL, L. F. "Política de Interesse, Política do Desvelo: Representação e 'Singularidade Feminina'". **Revista Estudos Feministas**, vol. 15, n. 44, 2001.

MIGUEL, L. F. "Teoria Política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 44, 2000.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. “Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 18, n. 3, 2010.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. “Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil”. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 14, n. 2, 2006.

PINTO, C. L. *et al*. **Perfis, trajetórias, desempenhos**: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

PINTO, C. R. “Paradoxos da participação política da mulher no Brasil”. **Revista USP**, n. 49, 2001.

PINTO, C. R.; MORIZ, M. L. “A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008)”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, 2009.

SCHUH, T. J.; SILVA, M. G. “Divisão sexual do trabalho: uma análise da exploração histórica do trabalho feminino e sua manifestação no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 14, 2021.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

TABAK, F.; TOSCANO, M. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. “Eleições do Paraná”. **TSE** [2014]. Disponível em: <www.tre-pr.jus.br>. Acesso em: 03/07/2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 13 | Nº 37| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima